

Nota de Esclarecimento da SSOil Energy

■ Como é praxe da nossa norma editorial, publicamos na íntegra o pedido de esclarecimento da empresa SSOil em relação a Nota de Redação publicada no último dia 16 de setembro, nesta coluna. O Correio da Manhã prima pelo respeito ao contraditório, não editando os pedidos de resposta que são veiculados com o seu inteiro teor:

“Em relação à “Nota da Redação” publicada pelo Correio da Manhã em 16 de setembro de 2025, a SSOil Energy S/A vem a público prestar os seguintes esclarecimentos, em nome da transparência e da verdade dos fatos:

A SSOil reitera o que foi afirmado em sua nota de repúdio anterior: a empresa não possui e nunca possuiu qualquer tipo de relação empresarial, comercial ou de qualquer outro cunho com o Sr. Mohamad Hussein Mourad. A relação comercial com a empresa Terrana foi encerrada em janeiro de 2025, tão logo a SSOil tomou conhecimento da mudança em seu quadro de administração, com a devida comunicação à ANP.

A SSOil Energy, desde o início de suas operações, pauta sua atuação pelo mais absoluto rigor ético e legal. A empresa mantém um robusto programa de compliance, que rege todas as suas relações comerciais. Ao longo de sua trajetória, a companhia já comercializou produtos para cerca de 100 clientes, sendo que todos, sem exceção, possuem as devidas autorizações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis (ANP) e demais órgãos competentes para operar.

É imperativo esclarecer que cada um desses parceiros comerciais foi submetido a um criterioso processo de verificação de compliance, que inclui a análise de suas estruturas societárias e histórico. No que tange às empresas Petroworld e Rede Sol, citadas na referida nota, a SSOil confirma que manteve relações comerciais pontuais com ambas. Contudo, reitera que, no momento da realização de seus processos de diligência prévia, não foi constatado qualquer indício de ligação de tais empresas com o grupo Copape ou quaisquer outras organizações investigadas por práticas ilícitas.

Cabe destacar que as vendas realizadas pela SSOil para essas empresas representaram volumes insignificantes, correspondendo a menos de 2% do total das vendas. Dados públicos disponíveis no sistema da ANP comprovam que essas distribuidoras adquirem a esmagadora maioria de seus volumes junto a outros fornecedores, incluindo as principais empresas do setor. A título de exemplo, os registros oficiais da ANP demonstram que a Vibra forneceu para a Rede Sol em 2025, assim como possivelmente a Petrobras e outras grandes refinarias e importadoras também mantêm relações comerciais com essas empresas, conforme é prática usual no mercado de combustíveis brasileiro. Vale lem-

brar que segundo as informações publicadas pela mídia após a operação Carbono Oculto, tais empresas são inclusive fornecedoras de importantes entes públicos, incluindo a Força Aérea Brasileira, ficando claro que não havia qualquer tipo de registro público que pudesse justificar a não comercialização junto às mesmas.

É fundamental esclarecer que a existência de transações comerciais pretéritas e pontuais com empresas que posteriormente vieram a ser investigadas não configura, em absoluto, qualquer tipo de “ligação” com esquemas fraudulentos ou participação em organizações criminosas.

A retórica maliciosa empregada pelo veículo de comunicação, ao deliberadamente equiparar “fornecimento” a “ligações”, constitui uma manipulação semântica grosseira que induz o leitor ao gravíssimo erro de confundir atividade comercial legítima com culpabilidade criminosa. No mercado de combustíveis brasileiro, caracterizado pela concentração de poucos fornecedores e distribuidores, é não apenas comum, mas inevitável, que refinarias idôneas mantenham relações comerciais com empresas que, no futuro, possam vir a ser objeto de investigações por condutas que eram absolutamente desconhecidas à época das transações. Pretender que uma empresa possua capacidade premonitória para antecipar investigações futuras ou que seja responsável por atos ilícitos praticados por seus clientes, dos quais não tinha conhecimento, é exigir o impossível e inverter completamente a lógica da responsabilidade civil e penal.

A SSOIL, assim como outras grandes empresas do setor, incluindo Petrobras e Vibra, forneceu produtos a distribuidoras devidamente autorizadas pela ANP, que inclusive prestavam serviços a órgãos públicos como a Força Aérea Brasileira, demonstrando que não havia, à época, qualquer indício público que justificasse suspeitas sobre a idoneidade dessas empresas. Transformar essa realidade comercial em “ligações criminosas” é um exercício de má-fé jornalística que visa deliberadamente confundir o público e perpetuar uma narrativa caluniosa, ignorando que fornecimento comercial pontual e participação em esquema criminoso são conceitos jurídicos e factualmente distintos e incompatíveis.

A companhia reforça seu total apoio às operações das autoridades competentes que visam coibir a atuação do crime organizado no setor de combustíveis e se coloca à inteira disposição para colaborar com as investigações, fornecendo toda a documentação necessária para o pleno esclarecimento dos fatos.

A SSOil não irá tolerar qualquer tentativa de macular sua reputação e continuará a tomar todas as medidas cabíveis, nas esferas cível e criminal, para defender sua integridade e seu compromisso com a ética e a legalidade. SSOil Energy S/A”



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



Foto em família. A anfitriã Soraya Lambert com Luiza Lambert e Juliana Lambert



Fotos J. Mantovani

A autora Soraya Lambert com Edith Vasconcellos e Fernando Martinez

Prestigiado lançamento na Livraria Travessa do Iguatemi SP

A Livraria da Travessa, no Shopping Iguatemi da Faria Lima, em São Paulo, foi palco de um prestigiado evento na última terça-feira, 16 de setembro: o lançamento do livro “Plataformas Digitais e Direito do Trabalho”, de Soraya Galassi Lambert, publicado pela Editora Mizuno. A autora, juíza do trabalho, mestre em Direito do Trabalho e especialista em Economia do Trabalho, analisa os impactos jurídicos e sociais da ascensão das plataformas digitais e reflete sobre os desafios de conciliar inovação tecnológica, eficiência produtiva e garantias trabalhistas.



Thomaz Werneck e Fernanda Baracat prestigiando a autora Soraya Lambert

PINGA-FOGO

■ OS ATAQUES DO PLANALTO AOS NEO-ADVERSÁRIOS - Foi só o Centrão começar a desembarcar do governo Lula para iniciar um jogo de estica e estica, para tentar coagir ou domesticar os voos solos de despedida do apoio ao PT. O clima da teoria da conspiração começa com o vazamento para a mídia de estimação de notícias, para atingir dirigentes partidários e ocupantes das mesas no Parlamento.

■ Depois do deputado Hugo Motta, presidente da Câmara, que teve requentado antigas denúncias oriundas da sua base eleitoral na Paraíba, e do senador Ciro Nogueira, vendo suas amizades criminalizadas neste estica/estica, chegou a vez do presidente da Federação e do União Brasil, Antônio Rueda, receber pedradas palacianas. A tentativa de fazer alusões a passageiros que utilizam aviões fretados, seria semelhante a dizer que beltrano é bandido por ter utilizado o mesmo avião de ciclano da Latam para ir a Paris, mesmo que seja em dias diferentes.

■ Se o bolsonarismo é acusado de usar a ABIN ou a Polícia Federal politicamente, o que dizer sobre o que está ocorrendo agora? Por que ninguém aponta o dedo para o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que é usado como garoto propaganda da caneta emagrecedora da EMS, que vai ser in-

cluída na compra do SUS? Ou do próprio Lula que usou e abusou do Jato do Júnior da Amil, que consegue nomear um preposto seu para a Agência Nacional de Saúde - ANS de forma escancarada? Ou ainda, o dono de um site que se transveste de paladino da justiça, apesar da sua folha corrida, que infestou Brasília com centenas de painéis de LED, denunciado pelo MP por uma relação obscura com o DER-DF, denúncia acatada pela justiça que barrou a proliferação de totens, liberado por uma estranha decisão de segunda instância que até hoje está engavetada?

■ As técnicas de pressão e artilharia contra amigos que viram neo-adversários fazem parte dos cursinhos de aparelhamento do estado feitos em Cuba por 50 anos. Para os amigos palacianos, tudo; para os adversários, as fake-news e o jogo de estica/estica são as regras da política de bastidor do Palácio do Planalto.

■ FIRJAN CRITICA MANUTENÇÃO DE JUROS ELEVADOS - A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter a taxa básica de juros já era esperada pela Firjan. No entanto, ela aprofunda os desafios enfrentados pela indústria nacional, que acumula quatro meses consecutivos sem crescimento na produção.

■ O atual patamar de juros revela uma preocupante e persistente falta de confiança na indústria brasileira, que já dura nove meses. Esse cenário limita a realização de investimentos, que, hoje, representam apenas 16,8% do PIB — um nível insuficiente para atender às necessidades de desenvolvimento do país e muito abaixo dos padrões internacionais.

■ Embora tenha havido uma melhora recente na dinâmica inflacionária — sustentada pela valorização do real e pela moderação nos preços das commodities, a manutenção de juros elevados não pode ser o único instrumento para conduzir a inflação à meta. A política monetária, por si só, não é capaz de garantir estabilidade econômica sem o suporte de uma política fiscal responsável e crível.

■ A Firjan alerta que a sustentabilidade da dívida pública exige uma reforma estrutural ampla, capaz de conter o crescimento acelerado da dívida e de desengessar o orçamento federal, hoje comprometido por mais de 90% de despesas obrigatórias. O país precisa de um ambiente macroeconômico mais favorável, com previsibilidade, confiança e espaço para o investimento privado.

Fernando Molica

Qualquer um de nós pode ser a próxima vítima da PEC

Aprovada na marra pela Câmara, a PEC da Impunidade, se for ratificada pelo Senado, permitirá que 594 brasileiros — os senadores e deputados federais — possam ficar impunes caso nos matem, estuprem, assaltem, sequestrem, cometam qualquer tipo de crime.

Para que sejam processados será necessário haver autorização da respectiva Casa parlamentar do suspeito, Senado ou Câmara.

Ontem, na Câmara, com a aquiescência do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), bancadas do PL, PP, União Brasil, Republicanos, MDB, PSDB, Avante e Podemos chegaram ao ponto de apresentar emenda para reverter algo que havia sido decidido na noite de terça. Com a manobra — na prática, um

inusitado terceiro turno de votação — restabeleceram o voto secreto para autorizar a manutenção de prisão de colegas presos em flagrante ao cometer crimes inafiançáveis. A lista inclui homicídio, estupro, roubo seguido de morte, sequestro, tráfico de drogas e racismo.

Vale ressaltar para que não haja dúvidas: caso o Senado reitere o que foi aprovado pela Câmara, um deputado federal ou senador que seja flagrado cometendo crimes como esses poderá ser libertado por seus pares, e estes tomarão esta decisão sem que sejam identificados, sem deixar digitais.

A PEC cria uma clara divisão entre brasileiros, estabelece uma casta que fica, na prática, acima da lei. Contraria uma norma fundamental da Constituição, a de que todos somos iguais.

Afinal, pela proposta de emenda, a eventual punição de parlamentares dependerá de permissão de seus pares, alguns deles suspeitos de praticarem os mesmos crimes dos colegas, ilícitos relacionados, principalmente, ao eventual desvio de recursos públicos.

Alguém aí acha que um parlamentar enrolado com aplicação irregular de recursos oriundos de emendas ao orçamento vai permitir que um colega responda pelo mesmo crime? Vai fornecer para o Ministério Público e a Justiça a mesma corda que, no futuro, poderá ser colocada em torno de seu próprio pescoço?

Apesar de ter recebido votos favoráveis de alguns parlamentares de esquerda e com a omissão declarada do governo, a PEC foi bancada, principalmente, pelo PL e pelos partidos

do Centrão, que se disseram vítimas de uma perseguição judicial.

Tentaram assim pegar carona na polarização que divide o país para ideologizar algo que não diz respeito a preferências pela esquerda ou pela direita.

Qualquer cidadão, petista, bolsonarista ou nem-nem, pode ser vítima de um crime cometido por parlamentar. Bandidos não costumam perguntar a suas vítimas se elas são de direita ou de esquerda antes de assaltá-las, estuprá-las ou assassiná-las. O desvio de recursos de uma emenda parlamentar destinada a obras é prejudicial a todos os moradores de um município.

Ao dificultar a punição de parlamentares, a PEC estimula a bandidagem e abre caminhos para que organizações criminosas invistam ainda mais na eleição de seus integrantes para a

Câmara e o Senado, uma cadeira nessas casas vai valer muito, será uma quase garantia de impunidade.

Ao estabelecer que caberá apenas ao Supremo Tribunal Federal julgar parlamentares, a emenda passa a impedir que esses políticos respondam a processos cíveis como os de improbidade administrativa, que hoje correm em instâncias inferiores. Estabelece nova barreira para a punição de corruptos.

É do interesse da sociedade que parlamentares tenham prerrogativas relacionadas ao exercício dos mandatos que lhes concedemos. Eles, em tese, falam em nome de seus eleitores. Mas esse direito, fundamental numa democracia, não pode ser confundido com a concessão de passe livre para cometimento de crimes.